



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



PROJETO DE LEI Nº 28 /2025

Bom Despacho/MG, 25 de Abril de 2025.

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de autorização dos pais ou representantes legais para a realização de procedimentos abortivos em adolescentes nos hospitais e outros estabelecimentos da rede municipal de saúde e dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica estabelecida a obrigatoriedade de autorização expressa dos pais ou representantes legais para a realização de procedimentos abortivos em adolescentes nos hospitais e outros estabelecimentos da rede municipal de saúde, sejam públicos ou privados.

**§1º** A presente lei tem por escopo disciplinar em âmbito municipal a realização de procedimentos abortivos autorizados por lei federal.

**§2º** Para os fins desta lei, considera-se adolescentes mulheres entre doze e dezoito anos de idade, não emancipadas.

**§3º** A autorização mencionada deverá ser formalizada por escrito, contendo:

- a) a documentação com foto completa da adolescente e dos pais ou representantes legais;
- b) a declaração de que foram informados sobre as consequências do aborto para a saúde da gestante, bem como da existência de outras alternativas para a gravidez indesejada;
- c) a assinatura dos pais ou representantes legais deverá ser reconhecida em cartório
- d) a data e local de emissão.

**Art. 2º** Os estabelecimentos da rede municipal de saúde deverão:

**I** – disponibilizar assistência psicológica e social à adolescente e à família, sempre que necessário



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



**II** – oferecer, de forma clara e acessível, informações sobre alternativas ao aborto para a gravidez indesejada, incluindo:

- a) a possibilidade de entrega legal do recém-nascido para adoção, conforme previsto na legislação federal;
- b) acesso a redes de proteção e suporte à maternidade, em parceria com órgãos públicos e entidades assistenciais.

**Art. 3º** Fica estabelecida a obrigatoriedade de envio de relatórios mensais à secretaria de saúde informando sobre a ocorrência de abortos em adolescentes, o qual deve ser acompanhado pela respectiva autorização.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis pelas unidades de saúde ao pagamento de multa, no valor de (20 salários mínimos) sem prejuízo de outras sanções administrativas cabíveis.

**§1º** O valor da multa será revertido ao Conselho Tutelar do Município de Bom Despacho, para fins de fiscalização e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

**§2º** Qualquer cidadão ou instituição interessada pode fiscalizar e notificar às autoridades municipais o descumprimento do estabelecido nesta lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.



## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposta legislativa visa estabelecer a obrigatoriedade de autorização expressa dos pais ou representantes legais para a realização de procedimentos abortivos em adolescentes nos estabelecimentos da rede municipal de saúde, reforçando os princípios de proteção e orientação familiar, previstos na legislação brasileira.

A Resolução nº 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia de seus direitos, prevê a possibilidade de realização de aborto legal em adolescentes sem a anuência dos pais ou responsáveis, em determinadas situações. No entanto, tal previsão pode gerar controvérsias quanto à compatibilidade com o dever constitucional e legal de proteção integral à criança e ao adolescente, especialmente no que diz respeito ao papel prioritário da família na tomada de decisões que envolvem a vida e a saúde dos seus membros menores de idade.

Importante destacar que o Código Penal Brasileiro, em seu art. 128, inciso II, exige o consentimento do representante legal para a realização do aborto em menores de 18 anos. Esse dispositivo reflete a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da adolescente por meio da atuação dos pais ou responsáveis, assegurando a observância do núcleo familiar como instância primordial de proteção e cuidado.

Além disso, a proposta amplia as medidas de suporte às adolescentes grávidas, oferecendo alternativas ao aborto, como o encaminhamento para adoção legal e o acesso a programas de apoio social e psicológico. Tais medidas visam garantir que a adolescente e sua família tenham acesso a informações e apoio adequado para a tomada de decisão, respeitando os princípios da dignidade humana e da proteção integral.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



A obrigatoriedade de autorização do responsável legal também promove maior diálogo e integração entre a adolescente e sua família, fortalecendo os laços familiares e assegurando que decisões complexas sejam tomadas com a devida reflexão e suporte emocional.

Dessa forma, a presente proposta de lei harmoniza os princípios constitucionais e legais de proteção integral e o respeito à vida com a valorização do papel central da família, em conformidade com os preceitos do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei como medida necessária para assegurar o fortalecimento da proteção à criança e à adolescente no âmbito municipal.

Bom Despacho/MG, 25 de Abril de 2025.

JOAO EDUARDO  
CAMPOS:1072393166  
6

Assinado de forma digital por  
JOAO EDUARDO  
CAMPOS:10723931666  
Dados: 2025.04.25 12:47:58 -03'00'

**JOÃO EDUARDO**  
*João Eduardo Campos*  
**Vereador**